



Arqueologia: da colonialidade a pluriversos

Ingrid Adrielle de Souza Freitas Santana ¹

Abena, minha mãe, foi violentada por um marinheiro inglês no convés do Christ the King, num dia de 16, quando o navio zarpava para Barbados. Dessa agressão nasci. Desse ato de agressão e desprezo.” A concepção de Tituba por meio de um ato de violência metaforiza a povoação das Américas. A história da colonização do continente americano foi marcada pelo estupro das mulheres indígenas e africanas escravizadas. ²

Imaginei inúmeras formas de introduzir este escrito. Maneiras que iam desde o academicismo que matou inúmeros (e lembremos que a morte existe também na negação e supressão de existências) à escrita completamente livre de amarras. Mas decidi começar pelo meu contato com arqueologia e desdobramentos que tive ao longo dos anos – acadêmicos, pessoais e espirituais, afinal, eles jamais estão separados, por mais que assim queiram nos fazer pensar.

Estava para contemplar 9 anos, veraneando com minha família na Bahia (de onde me origino). Na época, desejava ser médica. Estava com meu primo, apenas alguns meses mais velho que eu. Brincando na praia, encontramos uma “pedra”. Parecia que a “pedra” tinha um registro de um peixe, como se o bicho tivesse ficado preso ali. Meu primo gritou “achamos um fóssil!” Eu sequer sabia o que era fóssil. jamais tive condições de assinar revistas de curiosidades para jovens, tampouco de ter acesso a canais de televisão dessas curiosidades. Mas meu primo tinha: ele queria ser *arqueólogo*. Ele me garantiu, na doçura da gelada água do mar, contrastando com o calor típico do verão baiano, que seríamos bem sucedidos, que viajaríamos o mundo e que seríamos *felizes*. E eu *precisava* dessa felicidade.

Brinco que, naquele verão, a minha alma tocou a do meu primo e, de alguma maneira que sequer sei explicar, nossos destinos foram traçados. Hoje meu primo é médico e eu sou arqueóloga. Depois desse verão, iniciei minhas escassas e limitadas pesquisas sobre arqueologia – ela era a *redenção* para mim. Decidi, então, que queria estudar o Egito. Me encantava com aquela imagem “exótica” para mim. Quando ingressei

¹ Doutoranda em Antropologia, Mestra em Arqueologia e Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: ingridsantana_25@hotmail.com

² EVARISTO, Conceição. “Tituba, um evocar das águas ainda que nos atormenta!”. Prefácio. *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*. Maryse Condé; tradução Natalia Borges Polessio, 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019, p. 9.

no Ensino Médio, num colégio mercantilizado³, percebi que era a “louca”. Todas/os/es de minha turma sequer entendiam por qual razão eu desejava tanto fazer um curso tão diferente. E, quando questionadas/os/es, a maioria delas/es/les diziam que queriam fazer Direito, Medicina etc. Profissões que lhes garantiriam status, dinheiro. Mas eu desejava também status – o status de ser *reconhecida*, de ser *validada*, de ser *feliz*.

O colégio nunca me incentivou a ser arqueóloga e, raramente, colegas me apoiavam, apesar dos meus dois professores de História me apoiarem imensamente. Mas, sempre fui arrogante suficiente (pelo menos, nesse momento) de entender que eram elas/es/les que não entendiam a complexidade que eu havia escolhido para mim. Para ser sincera, nem eu mesma entendia. Lembro-me de ter passado no vestibular da UEF, aos 15 anos, para Letras com francês e na FTC, aos 16, para jornalismo. Tiraram minha foto e colocaram no *outdoor*. Mas, quando passei em duas Universidades Federais (Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal de Rio Grande) para Arqueologia, sequer falaram comigo. Acredito que não seria uma boa propaganda para a Instituição alguém tão dissidente. Algo me chamou para o Rio Grande do Sul (algo espiritual, consigo ver hoje) e, com apoio imensurável das mulheres que me criaram (minha avó e minha mãe) pude vir para cá, um dia após completar 18 anos. E assim começou, além da jornada de cursar arqueologia, uma percepção até então rejeitada na Bahia: eu sou uma mulher negra de pele clara.

Nunca me considerei branca. Jamais. E, talvez, a percepção de mim mesma, esteja ligada ao fato de eu nunca ter entendido que não tenho a mesma tonalidade de pele de minha mãe e de minha avó. Minha avó era chamada de “neguinha do cabelo duro”, tanto nas escolas da Bahia quanto nas de Pernambuco, seu estado de origem. E, mesmo tendo nascido em 1930, nunca se sujeitou ao papel único e exclusivo de ser dona de casa e mãe. Ela *queria* estar fora de casa e *precisava* pela situação financeiramente difícil. Ela criou todas as quatro filhas para jamais depender de homens, para sempre estudarem e sempre terem seu sustento próprio. Tinha duas profissões e trabalhava três turnos por dia como professora. Hoje percebo que minha avó teve que fazer *mais* do que uma mulher branca faria – trabalhar mais, estudar mais, ser mais séria, contida, “asseada”. Ela conseguiu respeito desta forma. Minha mãe não encontrou as mesmas dificuldades de minha avó, mas também fez duas faculdades e se dedicou a mais para ser respeitada e vista. Começou a alisar os cabelos desde a mais tenra idade. O que acabou, sem querer, passando para mim.

Mesmo assim, nunca ousei ser considerada branca, nunca *quis*. E, quando dizia isso na Bahia, colegas riam de mim. Só soube que não era da mesma cor de minha mãe porque a ouvi falando no telefone com uma amiga “minha filha é branquinha”. Ali meu mundo

³ Aquele tipo de instituição que promove a si mesma através de seus estudantes em cartazes, números, outdoors - gerando mais matrículas e mais capital para a escola.

caiu. Tenho sim pele clara, mas não entendi aquilo, mesmo sabendo que o racismo brasileiro está ligado à tonalidade de cor da pele.

Mas, no Rio Grande do Sul, a percepção de mim mesma se fez valer. Não mencionei que era negra, mas as pessoas me chamavam de “morena” a todo o tempo. Como a minha identidade sempre esteve condicionada também pelos olhos dos outros e, até então, sempre fui considerada “branca”, imaginei que era pela cor do cabelo. Até que assumi meu cabelo cacheado⁴, olhares e pressupostos sobre mim começaram a soar ainda mais diferentes que na Bahia. Não direi que sofri perseguição policial ou ataques diretamente racistas, pois estaria mentindo. Não. O racismo comigo sempre foi diferente, e iniciou sim ainda na Bahia, quase imperceptível, como tudo aquilo que é estrutural: ir em dermatologistas e me sugerirem algumas mudanças no meu nariz – aproveitando o fato de eu ter rinite ou a questão do alisamento do cabelo desde meus 11 anos. Era uma possibilidade “vamos aproveitar a pele clara e apagar qualquer traço de que esta menina seja mestiça”.

Não no Rio Grande do Sul. Mas percebi mesmo tudo o que estava sentindo e observando se concretizarem quando meu orientador de TCC, quando estava fazendo meu anteprojeto para adentrar no mestrado, me disse “sabes que tens direito das políticas afirmativas, não é?” Fiquei chocada. Falei “Professor, não estudei em escola pública” e ele me respondeu, calmamente “Falo das políticas afirmativas para negros, Ingrid”. Meu mundo parou de girar por alguns segundos: finalmente, o que eu pensava de mim mesma estava sendo confirmado. Nunca me utilizei de cotas. Acho injusto e jamais faria isto. Porque tenho pela consciência de que, apesar de ser uma mulher negra, tenho sim a pele clara e isso me dá privilégios. Jamais tomaria a vaga de alguém, mesmo que, nesse estado, seja possível. Uma vez, ouvi falarem que muitas/os/es brancas/os/ques se beneficiam apenas das cotas ao se afirmarem negras/os/es, pois o resto não tem qualquer benefício. E isto é verdade. A mais dolorosa verdade possível. Entretanto, mesmo me autodeclarando negra, assumir e aprender a amar os traços materializados em meu corpo que me foi ensinado a odiar por ato político, para honrar as minhas ancestrais estupradas por brancos, jamais me beneficiei das políticas afirmativas, pois compreendo a necessidade da coletividade e empatia para todo meu povo e, para isto, a primeira coisa que preciso admitir é meu privilégio e, tendo privilégios, seria absurdamente imoral se me utilizasse de dispositivos que, ainda que falhos, podem promover justiça e equidade às/os/es nossas/os/es.

A percepção de ser negra aumentou e se confirmou mais ainda quando iniciei meus estudos sobre Religiões/Culturas de Matrizes Africanas. E me *afetei* de forma tal que sou parte delas. Segundo Dr. Hédio Silva Júnior, no primeiro vídeo de resposta das

⁴ Algo interessante do RS é que, independentemente da curvatura do seu cabelo, seja ele cacheado (“tipo 3”) ou crespo (“tipo” 4), eles sempre o chamam de “crespo”.

Religiões de Matrizes Africanas à Rede Record⁵, nos afirma, estatisticamente, mesmo quando brancas/os/ques são do Axé, elas/es/les são consideradas/os/es pretas/os/es. Isto ficou ainda mais evidente para mim quando fiz meu mestrado.⁶

Já na Graduação, aprendi, desde o primeiro semestre da graduação em Arqueologia qual era seu objeto epistemológico e vi, ali, possibilidades de fazer justiça e reparação. Tive sonhos, ainda iludida, ainda como a menina de 9 anos que desejava usar da Arqueologia um meio para *felicidade*. Minha graduação foi sonho. Foi liberdade e os questionamentos, tão bem melhores vistos que as respostas, em si, foram um deleite. Mas, tanto em minha especialização (PUCRS) quanto no meu mestrado, muito dessas ilusões foram arrancadas, desnudadas, expostas e pisoteadas. Devo assumir que, por ter feito minha Graduação em Rio Grande (RS), cidade portuária, não tinha tido contato direto e grotesco com o racismo e xenofobia – e tive nas outras cidades. Mas foi a violência epistêmica, a tentativa de me silenciar a todo custo que abriram meus olhos para “as cumplicidades racistas da Arqueologia”.⁷

Então, utilizando cada recurso que podia, tive que me voltar para a crítica da colonialidade do saber e do fazer arqueológico, para a denúncia e reivindicação do meu lugar de fala e protagonismo, assim como de outras/os/es, marginalizadas/os/es pela Academia e apenas aceitas/os/es se vestirem a “máscara branca”. Denunciei as práticas em minha dissertação de mestrado com muita dor. A menina, em busca da felicidade, não a tinha alcançado, apenas se formando em Arqueologia. A menina que ainda existe em mim, esperançosa como agricultores que aguardam a chuva para suas plantações, hoje enxerga sim possibilidade de justiça, de simetria, de acolhimento. Mas decidi não esperar para que todas/os/es arqueólogas/os/ues decidam ser menos violentas/os/es. É necessário expor, necessário questionar e, também, necessário trazer possibilidades para que isto, aos poucos, se modifique.

⁵ O vídeo encontra-se no YouTube e faz parte de um acordo entre ambas as partes após 15 anos de processo contra a emissora e seus constantes ataques a nós. São quatro vídeos-respostas que deveriam ser transmitidos e ter seus custos garantidos pelo réu. O primeiro vídeo (citado no texto) pode ser encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=n6Xmr4u6wdg&list=WL&index=17&t=1025s>

⁶ Os parágrafos de 5 a 9 revelam sobre minha percepção de mim mesma, do colorismo e de como, através das múltiplas tonalidades de pele, nos afastaram e nos impossibilitaram de lutar em prol de uma só causa. Inclusive, me orientaram a suprimir esta parte, pois haveria “quebra no texto. Mas meu texto é água, é fluidez, é o toque, a aproximação e evocação de memórias. E eu, pretendendo elaborar um texto descolonial, preciso seguir minha linha de raciocínio (que não está associada aos padrões colonizadores) e mantê-la sim. Porque muitas/os/es estão em igual situação que a minha, porque esta discussão é importante também e, principalmente, porque, se for “quebrar”, que seja como onda, pronta para se juntar às águas do oceano e promover vida e axé necessários a este mundo. Pareço estar “afrontando” sugestões, mas não é o caso. Precisa-se sim que a autora esteja presente, pois isso revela meu percurso até a descolonialidade e a minha *necessidade* dela, objetivo primordial deste Almanaque. Se faço a crítica a esse “desaparecimento” das/os/es autoras/es/ies, como posso me esconder?

⁷ Cf. CARLE, Cláudio; SANTANA, Ingrid A.S.F.; OLIVEIRA, Cícero N.P. As cumplicidades racistas da arqueologia. In: *Revista de Arqueologia Pública*, v. 12, n.2, p. 1-19, 2018.

Arqueologia

[...] Ingênua fui ao acreditar que seria o suficiente clamar por inocência para prová-la! Ingênua ao ignorar que fazer o bem aos maldosos ou aos fracos só faz voltar o mal. Sim, eu iria denunciar e do alto desse poder que eles me conferiram, eu iria desencadear a tormenta, encrespar o mar com ondas tão altas quanto muralhas, desenraizar as árvores, lançar ao ar como tufo de palha as cercas das casas e dos celeiros. Quem eles queriam que eu nomeasse? Cuidado! Eu não me contentarei em nomear apenas os infelizes que caminhavam comigo na lama. Eu bateria forte. Golpearia na cabeça. E agora, no desamparo extremo em que eu me encontrava, o sentimento do meu poder me embriagava! Ah, sim, meu John Indien estava certo. Essa vingança, como muitas vezes sonhei, pertencia a mim e por sua própria vontade!⁸

Arqueologia – a palavra, em si, já sugere erros. Significando “estudo do antigo”, a arqueologia, por muito tempo foi imaginada como tal (a realidade é que ainda é, por muitas/os/es). Entretanto, desde meu primeiro semestre na graduação, soube que arqueologia era a disciplina/ciência que estuda povos e culturas através de suas *materialidades, independentemente* de sua temporalidade e localidade.

Apesar de que os limites claros para que esta produção humana se inclua no conceito de arqueologicidade se diferencie entre os diversos teóricos da arqueologia, a ciência tem como seu principal objeto de estudo os vestígios materiais. Para Bruneau e Balut o objeto epistemológico da arqueologia seria a arte (enquanto técnica, o “saber-fazer”), aquilo que os humanos produziram, independentemente de sua temporalidade. Para abranger toda a técnica se inclui o “projeto” na análise arqueológica, não somente o aspecto físico de um objeto, mas também sua idealização e planejamento. (...) Está claro que, ao analisar um objeto, numa perspectiva moderno-ocidental humanista, sua forma de produção, seu planejamento e realização torna difícil questionar quem produziu tal arte. Em geral, afirma-se que não se trata de uma análise individualista, mas do modo de pensar em uma rede social, como tal sociedade se relacionava, pensava, sentia e, por fim, fabricava. Segundo Pedro Funari, a arqueologia vem, nos últimos anos alargando seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, passada ou presente.⁹ Bruneau e Balut afirmam que o imaterial também está presente no objeto de estudo arqueológico a partir do momento em que considera que o *fictício* poderia ser fabricado, logo o imaterial também possui finalidades industriais. Aquilo que foi destruído, sem vestígios, é também componente do estudo arqueológico, assim como “a obra em perfeita integridade”, por entrarem no conceito da obra.¹⁰

O erro de pensar na arqueologia enquanto a disciplina/ciência que estuda o passado, não é apenas para leigas/os/ues no assunto. Infelizmente, muitas/os/es arqueólogas/os/ues ainda mantêm status pela antiguidade de seus objetos de estudo – quanto mais “antigo”, mais prestígio. Muitas/os/es, mesmo com todas as correntes e postulados, ainda descartam o tempo presente e o contemporâneo – ainda que esta divisão passado/presente não seja compreendida por diversas culturas, muitas delas estudadas pela arqueologia.

Lembro-me também de ter sido recomendado, desde o primeiro semestre, a “bíblia” da arqueologia: *História do Pensamento Arqueológico* de Trigger. Nesta obra,

⁸ CONDÉ, Maryse. *Eu, Tituba: bruxa negra de Salem*. Tradução Natalia Borges Polesso, 1ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019, p.141.

⁹ Cf. FUNARI, Pedro P. Cap1: O que é arqueologia; in: FUNARI, P. *Arqueologia*, São Paulo, Editora Contexto, 2003; pp. 13-18.

¹⁰ SANTANA, Ingrid A.S.F. *Codigine Macumba: a Vida na Tenda de Nação Africana do Pai Oxalá e suas Estruturas Sagradas*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade Federal de Pelotas, 2019

podemos perceber o nascer da Arqueologia: a curiosidade humana sobre suas “origens”, que pagava por expedições para trazer objetos “exóticos” de lugares distantes para colocá-los e exibi-los nos gabinetes de curiosidades. Posteriormente, inicia-se a *catalogação* de tais objetos, a *seriação* dos mesmos e o uso de termos como “bárbaros”, “selvagens” para se diferenciar da civilização – ápice da linha evolutiva cultural, imaginada na época (e ainda hoje). Não preciso dizer que esta “civilização” eram os representantes de Europa, claro. E, assim, percebemos os primórdios da arqueologia enquanto ciência.¹¹

Entretanto, por mais que a própria “bíblia” da arqueologia já nos revelasse muito sobre a origem e absurdos cometidos pela arqueologia (como promover as ideias de evolução cultural, ser legitimadora para criação de Estados-Nação e ideais hegemônicos nos mesmos e, até mesmo, legitimar a suposta raça pura/ariana no nazismo), nós, como ovelhas ingênuas, pouco percebemos a *violência* daquilo que estudávamos em nossa graduação. O próprio Bruce Trigger teve que fazer um artigo nos chamando atenção mais radicalmente para isso, texto que só tive acesso no mestrado. Por coincidência, apesar de não acreditar que exista coincidência alguma, um professor me humilhou, falou mal do meu povo, nos reduziu ao essencialismo de teorias difusionistas e foi completamente racista comigo e com minha cultura/religião (também objeto de pesquisa).

Foi então que tive a sorte de cursar a disciplina de Gênero e Feminismos, ministrada pela professora Loredana Ribeiro e ter contato com autoras que, além de fazer críticas ao machismo e patriarcado, faziam também à transversalidade de opressão (classe, gênero, raça), à ciência e sua constituição (e quais meios foram usados para ser legitimada como única e verdadeira) e à colonialidade – fosse essa do saber, da performance, do gênero, da hegemonia em geral. E, assim, iniciou o meu caminho à crítica não apenas do passado da Arqueologia -afinal, se fôssemos colocar isto em pauta, até recentemente tivemos o que Daniela Arbex chama de *Holocausto Brasileiro*, dedicando sua obra dolorosa “a milhares de homens, mulheres e crianças que perderam a vida num campo de concentração chamado Colônia”.¹² Lembremos que este mesmo “hospital”, exposto por Daniela, não abrigava apenas pessoas com distúrbios mentais, mas qualquer pessoa às margens da hegemonia e dos “bons costumes”: mulheres que perderam virgindade, mulheres que os maridos já não queriam, indesejáveis, desafetos e muitas/os/es negras/os/es. Também não devemos esquecer o quanto a medicina se beneficiou das experiências nazistas, tampouco que ela assegurou que nós éramos inferiores. Enfim, a maior parte das ciências moderno-ocidentais, em suas constituições, tiveram benefício de mortes – desde o caça às bruxas que Lucia Tossi nos conta e o benefício do nascimento de uma ciência “neutra”, longe de conhecimentos ancestrais (que, posteriormente, foram e ainda são utilizados) ao racismo cotidiano que as

¹¹ TRIGGER, Bruce G. *História do Pensamento Arqueológico*. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

¹² Cf. ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. 20^o ed. São Paulo: Geração Editorial, 2018

Religiões/Culturas de Matrizes Africanas permanecem sofrendo. E apenas ofertei dois exemplos.¹³

A separação do mundo do espírito e do mundo da matéria foi um passo fundamental para o desenvolvimento da ciência, pois deixava intacto o poder e a autoridade da religião no primeiro, e permitia utilizar a experiência para investigar o segundo. (...) Aqueles conhecimentos empíricos, que as mulheres dominavam e praticavam desde épocas ancestrais, foram considerados suspeitos. Afirmava-se que dada a sua fraqueza moral, sua limitada inteligência, sua carência de raciocínio, sua sexualidade incontrolável e sua lubricidade, a mulher era a vítima privilegiada de Satã. Seu saber e seus misteriosos poderes só podiam ter sido adquiridos por meios ilícitos, pactuando com o demônio.¹⁴

Aqui, faz-se interessante uma observação pertinente: as Religiões/Culturas de Matrizes Africanas, como podemos notar por alguns trabalhos e pelos próprios vídeos-respostas do Povo de Axé à Record, a mulher, na ontologia africana, é considerada primordial nas relações de vida, de poder. Não à toa que a maioria dos grandes nomes dessas Culturas, que venceram preconceitos e adentraram a cultura popular brasileira, em forma de homenagens, canções etc., são de mulheres. A primeira vez que adentrei uma Casa/Centro/Ilê/Terreiro/Tenda¹⁵, me elogiaram dizendo “nossa, você tem um olhar incrível de feiticeira”. Para nós, as mulheres são sim feiticeiras (grandes feiticeiras) natas. Temos em nós o Sagrado Feminino que nos torna mais sensíveis, sensitivas e com maior visão para outros mundos. E isso jamais é visto como algo ruim. Pelo contrário, é apoiado, dignificado, reverenciado. Não somos todas que temos a mesma sensibilidade, em grau ou em modo, mas somos muito valorizadas. Nas histórias dos Orixás, a mulher do Rei não necessariamente abaixa a cabeça e toma um lugar de “acessório”.

As mulheres do continente africano vão para o mercado. Iansã vai para guerra; Obá é guerreira, apesar de ser sempre lembrada pela injustiça cometida contra ela; Oxum consegue envenenar os guerreiros que estavam contra seu reino fingindo ofertar um grande banquete de “rendição”; Iemanjá, minha linda mãe, se passa por seu marido para ter acesso aos oráculos e à visão, fuge de maridos abusivos e os castiga. Essas apenas são algumas histórias. Mas as nossas Iabás, assim como as mulheres no Terreiro, têm sim papel fundamental e ser “feiticeira” não é motivo de perseguição entre nós. É motivo de extrema admiração e devoção.

Rafael de Abreu e Souza, quando nos propõe uma arqueologia do racismo à brasileira, traz à tona seus sofrimentos, anseios enquanto negro e ainda denuncia uma série de racismos que sofreu em espaços diversos: escola, ruas, universidade e em campo (arqueológico), por colegas de profissão. Ele ainda expõe que pode ser visto como parte da “equipe”, mas não enquanto autoridade ou arqueólogo responsável. E, sim, mesmo Rafael sendo doutor em Arqueologia, alguém que, como ele mesmo diz, “ascendeu”, seu

¹³ Cf. TOSI, Lucía. Mulher e Ciência. A Revolução Científica, a Caça às Bruxas e a Ciência Moderna. *Cadernos Pagu* (10), 1998, pp.369-397.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 372-375.

¹⁵ Estes são os nomes mais comuns aos espaços Sagrados de Umbanda e Batuque no Rio Grande do Sul.

corpo permanece sendo alvo de olhares, de materializações racistas e de saneamento da paisagem quando há ausência de outras/os/es negras/os/es em espaços que não são “para elas/es/les”.¹⁶

Minha dissertação se liga à de Rafael de maneira impressionante. Ambos denunciemos o racismo, a hegemonia, a não atenção da arqueologia aos preconceitos, ele trazendo o racismo e as materialidades diretas a este (pentes, bonecos, latas, espaços) e eu através do racismo cultural diretamente e colocando a colonialidade em evidência. Arqueólogos - ambos sofrendo as mesmas dificuldades na Academia e na Arqueologia, e, junto a nós, tantas/os/es outras/os/es estudantes marginalizadas/os/es que, para valer suas produções, tem que vestir máscaras brancas, moldes e formatações de outrora, abaixar a cabeça para seus algozes de longa data e trabalhar mais, fazer mais, dormir menos.

Dizemos, em nosso íntimo que não: apenas amamos o que fazemos e que apreciamos nos dedicar. Mas essa ânsia de destaque ou valor (por mínimo que seja) é tão palpável que devemos nos alertar sobre. Em que mudamos? Arqueólogas/os/ues permanecem não ouvindo os povos que estão diretamente ligados às materialidades que encontram, permanecem silenciando pesquisadoras/es/ies ligadas/os/es a essas culturas, porque, para elas/es/les, não somos objetivas/os/es suficiente. Mas existe neutralidade? Existe objetividade completa, quando estudos psiquiátricos e psicológicos nos mostram que nosso cérebro, em si, sequer possui tais divisões dicotômicas e sabemos que essas dicotomias são pautadas em todas as outras que a ontologia moderno-ocidental hegemônica nos impôs?¹⁷

Devo lembrar que era de “bom tom”, nos primórdios das ciências, que o cientista olhasse o mundo e o analisasse numa objetividade que apenas era possível pela “modéstia”. Como se fosse o deus com quem depois a ciência rompeu: onisciente, onipresente, onipotente. E ainda temos pessoas que assim se consideram. E, quando abordamos pautas urgentes na arqueologia (e na ciência e na política, em geral), como racismo, xenofobia, machismo etc., temos tais pautas chamadas de pautas “identitárias”.

Ninguém nunca descobriu um método para separar o erudito das circunstâncias da vida, do fato do seu envolvimento (consciente ou inconsciente) com uma classe, com um conjunto de crenças,

¹⁶ Cf. SOUZA, Rafael de Abreu e. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre arqueologia do racismo à brasileira. *Revista de Arqueologia*, v.33, n.2, p.43-65, 2020.

¹⁷ A ontologia moderno-ocidental divide, em linha horizontal, dois polos. Em geral, tem-se dois “extremos” construídos e, abruptamente separados por essa “linha”. É o caso de bem/mal; homem/mulher; objetividade/subjetividade; Cultura/natureza; Razão/sentimento; Civilização/barbárie etc. Percebam que, essas dicotomias criadas se ligam, ao longo da história. Então, para mulheres, negras/os/es e corpos abjetos, temos a “subjetividade”, a “natureza”, “sentimento”, “barbárie”, “mal”. Para o homem branco temos a “cultura”, “objetividade”, “razão”, “civilização”, “bem” etc. E percebam também que, nesse sistema de linha horizontal, tudo o que está no “meio” é considerado patológico e descartável. Então, assume-se a “fragilidade”, a “sensibilidade”, a “barbárie” da mulher contrastando com as qualidades masculinas, mas sequer imaginar uma pessoa não-binária é, imediatamente, patologizado (como foi por muitos anos). E este é apenas um exemplo.

uma posição social, ou da mera atividade de ser um membro da sociedade. Tudo isso continua a ter influência no que ele faz profissionalmente, ainda que, naturalmente, a sua pesquisa e os frutos dela tentam alcançar um nível de relativa liberdade com respeito às inibições e restrições da crua realidade cotidiana. [...] O que me interessa agora é sugerir como o consenso liberal geral de que o “verdadeiro” conhecimento é fundamentalmente apolítico (e de que, ao contrário do conhecimento abertamente político não é conhecimento “verdadeiro”) obscurece as circunstâncias políticas extremamente organizadas, ainda que de modo obscuro, que predominam quando o conhecimento é produzido (...) porque a sociedade política, no sentido de Gramsci, infiltra-se em domínios da sociedade civil tais como a academia e satura-os com significações que lhe dizem respeito diretamente.¹⁸

Porque o hegemônico - o branco, o masculino, heteronormativo- não é identidade para elas/es/les. É a norma. E nós, maioria neste Brasil, somos as “minorias”, somos aquelas/es/les que buscam pautas “identitárias” para ter um pouco de respeito e dignidade. E, ao tentar me silenciar, ao tentar silenciar Rafael, ao tentar silenciar tantas/os/es outras/os/es estudantes porque, supostamente, não somos neutras/os/es suficientes é apenas manutenção do poder nas mãos dos “sêniores” – e aqui vale à pena ressaltar que tive apenas três professores negros entre minha graduação, especialização e mestrado. Uma delas, socióloga.

Da colonialidade a pluriversos - ou considerações (JAMAIS) finais:

Sociólogos, antropólogos vivem tentando explicar,
Médicos e até biólogos tentaram inferiorizar,
Eugenia não deu certo nem pra quem acreditava,
Diziam que a gente era fraco, que a nossa raça capava,
Viu como é nosso Axé? Não é como você pensa,
Nosso povo continua de pé, curando a sua doença!
Opanijé. A cura. 2015.

Sim, a arqueologia nasce da colonialidade. E vem para o “novo mundo” pela colonialidade. Não à toa que as grandes adentradas da disciplina/ciência no Brasil, são chamadas “missões” – a mais famosa e referenciada, a francesa. Muitas/os arqueólogas/os, inclusive, acreditaram que os famosos Sambaquis não eram feitos por indígenas, pois era “grandioso” – e estamos falando de uma ideia de evolucionismo cultural, já no século XX. As primeiras leis de preservação do Patrimônio Arqueológico foram feitas para preservação dos Sambaquis (Lei 3924/1961) – afinal, era grandioso *suficiente* para isto. Mas algo mudou?¹⁹

¹⁸ SAID, Edward. Introdução. In: *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.21, 22.

¹⁹ Como tenho ênfase em Arqueologia do Capitalismo (chamada por muitas/os/es de “arqueologia histórica”) precisei recorrer a alguns textos para especificar bem o que seriam os Sambaquis. Na plataforma online do Museu Nacional, encontramos que os Sambaquis correspondem aos vestígios materiais de populações pescadoras e coletoras, que habitaram a costa litorânea do Brasil entre 8 mil anos e “o início da era cristã”. Portanto, são vestígios que chamamos de pré-coloniais (ou seja, anteriores à invasão

Ainda muitas/os/es arqueólogas/os/ues trabalham com Sambaquis. Outras/os/es com outros indígenas pré-coloniais. Entretanto, poucas/os/ques dialogam com os indígenas presentes nas áreas ou entornos de suas escavações para ouvi-los. Acontece algo muito similar nas Culturas de Matrizes Africanas: existe todo um aparato imenso da arqueologia da escravidão/arqueologia da diáspora africana, que iniciou sua força a partir dos anos de 1960 – antes, trabalhavam sim com as *plantations* norte-americanas, mas focando-se na “Casa Grande” e vestígio dos senhores.²⁰ Não há problema algum nisso. Não há problema em se localizar objetos pretéritos de povos marginalizados. Mas, pessoalmente, penso que é uma falta de ética sem tamanho sequer dialogar com os descendentes diretos daquela cultura. Me lembra as críticas realizadas à Etnoarqueologia.

Na Etnoarqueologia, arqueólogas/os/es viajavam para lugares remotos, pesquisavam povos do presente (como os esquimós), a fim de fazer comparações com povos pretéritos que tivessem sistemas similares (ex.: caçadores/coletores). E, ainda que muito fosse dito do povo presente, não era ele que interessava aos cientistas. E sim, nós, povos marginalizados que conseguimos a façanha homérica de adentrar às Universidades, já reclamávamos sobre. Mas foi necessário que González-Ruíbal, europeu, mas que nos auxilia muitíssimo na nossa luta, legitimasse esse nosso movimento ao fazer essa crítica à Etnoarqueologia.²¹

Temos, entretanto, autoras/es/ies que tentavam realizar “arqueologias públicas”, “arqueologias comunitárias” etc., como no caso de Fabíola Silva.²² Tentamos, por muito tempo, adentrar novas ideias, novas perspectivas no meio arqueológico. Enquanto autora, fui desacreditada a todo o tempo, pois me viam apenas como “informante”. Não teria suficientemente a neutralidade, o distanciamento que, apesar de a antropologia reconhecer que, no contexto brasileiro, a antropologia costuma ser “para dentro” do próprio país, a arqueologia ainda tem esse ideário, quase um fetiche, de distâncias, em tempo e espaço. Desconsidera-se que as dicotomias passado/presente não são

portuguesa). Suas materialidades, em geral, são “restos alimentares, ferramentas, armas, adornos e sepultamentos dos que ali viveram”. Salienta-se a altura destes sítios, que podem alcançar 35 metros, tendo destaque na paisagem litorânea. São mais numerosos no estado de Santa Catarina, onde suas alturas são maiores, mas existem em grande número espalhados pelo litoral brasileiro (ainda que, por muito tempo, tenham sido alvos de ataque, já que a matéria encontrada no mesmo era, inclusive utilizada, para construções e outras finalidades, o que diminuiu com a lei referida no texto), o que nos faz crer que suas quantidades foram muito maiores do que encontramos no presente. (Informações encontradas no site do Museu Nacional, Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/sambaquis.html>>

²⁰ Cf. FERREIRA, L.M. Patrimônio, *Pós-Colonialismo e Repatriação Arqueológica*. Ponta Lança: História, Memória e Cultura, pp. 37-62, 2008.

²¹ Cf. GONZÁLEZ-RUIBAL, A. De la Etnoarqueología a la Arqueología del presente. In: SALAZAR, J.; DOMINGO, I.; AZKÁRRAGA, J.; BONET, Helena (orgs). *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica*. Museo de Prehistoria de Valencia: 2007; pp. 16-27.

²² Cf. SILVA, F. O plural e o singular das arqueologias indígenas. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, v.25, n.2, p.24-42, 2012.

percebidos por grande parte das culturas e ontologias que coexistem nesse território chamado Brasil, mas isto não importa. É a fala delas/es/les que importa sobre nós.

Quando eu, como pesquisadora, como *outsider within* que Patrícia Hill Collins me legitimou, afirmei que Batuque não é o mesmo que Candomblé e que, pesquisar dados de outras/os/es arqueólogas/os/es, de diferentes lugares do Brasil, seria violentar a cultura de meu povo, ouvi “isso tudo aí é a mesma coisa”, ou “se você não referenciar esses estudos, você não vai conseguir nada”.²³ Daí temos duas situações de extrema violência - e sequer estou contando a violência epistêmica que Gnecco nos fala: a ideia surreal de que todas/os/es do imenso continente africano teriam a mesma cultura e que todas/os/es negras/os/es escravizadas/os/es, ao entrarem em contato com outras etnias, formaram uma mesma cultura por todo o Brasil.²⁴ E, claro, a ideia absurda de Bastide de que o Batuque seria um “candomblé enfraquecido”, já que aqui são cultuados 12 Orixás, 4 a menos que a maioria das Nações do Candomblé.²⁵ Temos Candomblé no Rio Grande do Sul também, mas ele só chegou aqui no século XX. São outras rotas, outros povos, outras construções de resistência, de organização, de culto.

Percebem a ideia difusionista aqui? Percebem algo similar com o que comentei dos Sambaquis? O povo negro não é suficientemente inteligente, suficientemente forte ou plural para manter distintas culturas – lembrem-se da ideia nacionalista de que a arqueologia sempre se propôs legitimar: como dizer que tem mais de um tipo de cultura/religião/vertente preta num mesmo país? Isso vai de encontro a ideia romantizada e idealizada da democracia racial: devia ter, no máximo, pluralidade branca (católicos, protestantes, kardecistas etc.), alguns indígenas e vamos reduzir os “selvagens” pretos a uma só *coisa*. Isso não é dito. Mas a prática é a mesma, lamento dizer.

Já vi arqueólogas/os/ues entrevistarem o povo de Axé, colocarem bonitinho as nossas falas em suas pesquisas (tá na moda incluir, fingem que incluem), mas desconsiderar os apelos para retorno ao lugar onde foram encontradas as materialidades, a tomada dos objetos de quem os reivindica como de seus ancestrais para expô-los em museus, laboratórios etc. Mas, em minha opinião, a parte mais dura, mais triste, mais antiética é a não divulgação dos trabalhos que ultrapassam às margens do saber hegemônico e que confrontam as/os/es os grandes nomes perpétuos e intocáveis da arqueologia. Passei minha dissertação inteira imaginando que estava sozinha na minha luta. Chegaram a me dizer que eu era como uma “criança esperneando” para ser ouvida – um homem branco que desconsiderou, inclusive, que, até recentemente, mulheres, de fato, eram consideradas como “crianças” e que necessitavam da tutela masculina para fazer qualquer atividade, inclusive o direito de ir e vir. E, gritava sozinha em casa

²³ COLLINS, Patrícia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, nº 1. Janeiro/abril 2016

²⁴ GNECCO, C. *Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad*. Bélem: Boletim do Museu Paranaense Emilio Goeldi, 2009.

²⁵ Cf. CORRÊA, Norton F. *O Batuque do Rio Grande do Sul: Antropologia de uma religião afro-rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

(realmente, parecendo uma doida) a música da Mc Carol e da Karol Conka: “me ensinaram que éramos insuficientes, discordei, e pra ser ouvida o grito tem que ser potente!”. Me apeguei nos estudos que a disciplina de Gênero e Feminismos me deu, que disciplinas voltadas para antropologia no meu mestrado me deram, em sociólogos, antropólogos e, sim, em poucas/os/ques arqueólogas/os/es que me *permitiram* ter acesso.

Me senti no livro de Eco, com uma biblioteca escondida e não permitida: possivelmente seria envenenada (reprovada) por ter acesso. Dialoguei com outras áreas sim, pois não me ofertaram autoras/es/ies da arqueologia que faziam esse movimento comigo. Não sei se foi o objetivo, mas, se foi, foi muito bem pensado: imaginei que estava louca, que estava sozinha, que deveria ir pelo caminho mais fácil e “deixar pra lá”. Mas segui, me arrastando, com depressão, sendo humilhada e andando com as minhas duas amigas – as três rejeitadas do Programa de Pós-Graduação e da universidade: uma baiana negra de pele clara macumbeira, uma mulher indígena Kaingang e uma mulher quilombola negra de pele retinta. Andei com meus Orixás, Guias, Ancestrais e minha família de Santo que me apoiava. E com medo, tanto medo! Fui aprovada sim no mestrado e, com exceção de meu orientador (homem), as outras três integrantes da banca eram mulheres (fiz questão disto).

Uma vez que entreguei minha dissertação, começaram os pedidos urgentes para terem acesso a ela: outras/os/es arqueólogas/os/ues ouviram falar (como mencionei, o grito tem que ser potente). Mas também tive acesso a trabalhos de outras/os/es arqueólogas/os/ues que também fizeram esse movimento. O fato é que pensamos que estamos sozinhas/os/es nesse caminho tortuoso e absurdamente doloroso de ir de encontro a tudo que nos fizeram crer ser bom, ser o verdadeiro, ser o real e único. Questionamos nossa própria sanidade mental, nosso valor enquanto cientistas. Temos certeza de que ali não é nosso espaço e temos que nos encaixar sem nem pensar como estamos fazendo isso para ter algum mísero lugar.

Gostaria de, realmente, poder dizer que está mudando. Sinceramente, acredito que está – a passinhos de formiga, mas está. Realizamos o 1º EPAI (Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas) em 2019, onde, diversas/os/es estudantes e pesquisadoras/es/ies apresentaram seus trabalhos “fora das margens” da hegemonia, temos a reivindicação de Rafael de Abreu e Souza (2020) por uma arqueologia do racismo à brasileira, verificando nas materialidades e espaços, estruturas racistas que permeiam nossa sociedade e apontá-las para modificá-las.

Temos também o projeto Margens: Grupos de Processos de Exclusão e Suas Formas de Habitar Pelotas (que agora estendemos a Rio Grande e região), do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR, da UFPel), que me abraçou e me surpreendeu. Eu estava na UFPel e, mesmo não tendo excluído as violências sofridas por mim, teria uma rede de apoio. O GEEUR, para mim, é mais que um projeto: é uma família. Nele temos estudantes de distintas áreas: arquitetura, turismo, antropologia, geografia, arqueologia etc., lutando por eventos, discussões, leituras e saberes que tragam o debate dos públicos

acadêmico e não-acadêmico. Nos dedicamos às pluralidades de vozes, à simetria de relações. Nos apoiamos, nos sustentamos e, em coletividade, buscamos a melhor forma de trabalhar com patrimônios Invisibilizados, conflitos, múltiplas formas de *habitar*, de *viver* e de *ser*.

Sou integrante do projeto Terra de Santo do GEEUR, onde abordamos as demandas do Povo de Axé (exatamente, fomos nós – povo de Axé- que requisitamos, não as/os/es pesquisadoras/es/ies que vieram até nós unilateralmente). E nunca me senti tão acolhida e respeitada. Além do Terra de Santo, nos dedicamos às mulheres trabalhadoras, à comunidade LGBTQIA+, ao Passo dos Negros etc.

Para mim, os exemplos aqui citados são soluções práticas que podemos realizar. Mas a primeira coisa que devemos fazer, de verdade, é *despertar*. Entender que o mundo é *construção* e nos perguntar por *quem* foi construído e quais os *interesses* deles (que são hegemonia) têm para que permaneçamos assim. Dói demais essa “descoberta”, esse “despertar”. Passamos a observar que minha avó teve que fazer além do que qualquer professora branca precisaria fazer, trabalhando mais, se impondo mais, se “asseando” mais – leia-se queimando os cabelos para que seu crespo nunca aparecesse. Passamos a observar que minha mãe e minhas tias tinham que fazer além, por serem filhas da diretora e que jamais podiam falhar em suas notas, pois isso lhes garantia um lugarzinho ao sol. Passamos a observar que, ao me incentivar tanto a estudar, a ser a melhor, não era apenas uma forma de aprender²⁶, mas de fazer *valer* minha voz.

Podemos ver que também que, por ter pele clara, tive privilégios imensos nas escolas que frequentei na Bahia e, o fato de me destacar nos estudos, para os professores era “natural”. Algo que não pensavam de minha única colega negra de pele escura em sala de aula. Ela, alisava seus cabelos e se destacava como ninguém. Mas, mesmo brilhante e, hoje, advogada, era eu quem tinha maior “simpatia” dos professores. Por muito tempo, menti para mim mesma que isso se dava por eu ser “muito simpática”. Mas, hoje, vejo que não era. Me absolvo parcialmente por não ter prestado atenção antes porque tinha 15/16 anos e não fui ensinada a questionar essas atitudes, mesmo que pessoas da minha família tivessem, elas mesmas passado por situações similares. Essa menina (hoje mulher), negra de pele escura, era uma das minhas melhores amigas. E eu deveria ter percebido. Mas ela nunca falou. E eu, no auge do meu privilégio, nunca perguntei por que ela era a única mulher negra de pele escura da sala (posteriormente, tivemos um colega negro de pele escura também).

Mas não ser racista não basta. É realmente preciso ser antirracista. E o antirracismo não é só colocar em suas redes sociais que “vidas pretas importam”. Nem tomar consciência de que se está no mundo devido a estupro de mulheres negras e indígenas (até porque muitas/os/es não têm essa origem), mas, *questionar*. Questionar *todo o tempo*, incluindo a colonialidade do saber também. Porque, para mim, pouco

²⁶ Porque, por Iemanjá, eu perguntava a todo tempo a minha mãe e minha avó o porquê de ter que saber certas fórmulas de matemática/física que jamais utilizaria após o vestibular.

adianta incluímos negras/os/es e indígenas na Universidade se iremos já impor máscara branca – máscara para parecer com os algozes que, outrora, disseram que éramos animais, inferiores, que legitimaram a escravidão e nossa suposta “burrice”.

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a *algo* ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Tanto ideologias racistas como sexistas compartilham a característica comum de tratar grupos dominados - os “outros” - como objetos aos quais faltam plena subjetividade humana. (...) Visto por esse espectro, a autodefinição e a autoavaliação não são luxos, são necessárias para a sobrevivência da mulher negra.²⁷

A partir do momento em que quebramos com a ideia de que não devemos falar de nós mesmas/os/es estamos também quebrando a falsa ideia de que há neutralidade – estamos escancarando a mentira daquilo que nunca existiu, mas que é “civilizado” imaginar. Tomar consciência, ser antirracista, anticolonial e embarcar em projetos que nos conecte uns com os outros – pesquisadoras/es/ies marginalizadas/os/es, promovendo pluralidades do *saber*, pluralidades de *percepções*, pluralidades de *viver* e de *ser*, dialogando simetricamente, tanto com o público acadêmico como com o não acadêmico, é meu *sonho*, a etapa necessária que preciso realizar para alcançar a *felicidade* que sempre *escavei* na arqueologia.

A arqueologia tem uma vantagem ilustre que sempre vi e sempre defendi: nós acessamos culturas e povos através de suas materialidades e as interações destes com elas. “As materialidades não mentem, são como evidências, provas investigativas”, sempre disse. Para povos que não escreviam (porque não tinham acesso e/ou porque não queriam), é a arqueologia, independente da temporalidade que pode contemplá-los, academicamente falando. Mas não é por essa “vantagem” que devemos esquecer de dialogar com povos que estudamos e/ou seus descendentes. E, verdadeiramente, ouvi-los. E, verdadeiramente, não os silenciar. A arqueologia tem grande potencial para investigar pluriversos e promover justiça e simetria, academicamente e fora dos muros da Academia – afinal, se o mito da democracia racial foi cunhada de tal forma que, até hoje, é referenciado pelo povo, também podemos deixar nossas “marcas” para além dos muros da Universidade.

A verdadeira ciência deve retornar à sociedade. E, principalmente, deve inserir a mesma, não apenas em seus cursos, mas no diálogo e divulgação constante do que se está produzindo. Devemos descer do pedestal, diminuir nossas brigas internas por poder simbólico e manter nosso conhecimento divulgado para a sociedade de maneira acessível e de fácil compreensão.

²⁷ COLLINS, Patrícia Hill. *Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, nº 1. Janeiro/abril 2016

Muitas/os/es dizem que a arqueologia pós colonial só “critica” e não sugere métodos, técnicas ou possibilidades para ser realizadas (o que grita *colonialidade* quando alguém faz tal afirmação). Mas acabo de sugerir passos simples, metodologias simples, “técnicas” simples e que farão, sem dúvida muita diferença. E, assim como reivindiquei uma arqueologia verdadeiramente brasileira – não no sentido nacionalista de outrora, mas respeitando todos os povos, culturas e ontologias que existem, se confrontam, dialogam nesse espaço geográfico de proporções continentais que chamam “país” - em minha dissertação, aproveito para fazer eco ao que Souza reivindica: uma arqueologia do racismo à brasileira.²⁸ E tantas outras possibilidades de arqueologias que fujam de sua própria origem nefasta (para dizer o mínimo) e perpetuação do *modus operandi* desse início. O racismo é estrutural. E a colonialidade também é. E o primeiro passo é a tomada de consciência disso e o incômodo absoluto que clama por mudanças para que algo, de fato, seja modificado.

²⁸ SOUZA, R. de A. Deixa meu cabelo em paz e outros contos sobre arqueologia do racismo à brasileira. Revista de Arqueologia, v.33, n.2, p.43-65, 2020.